

Ásia

Os desafios à economia de Timor-Leste

Helder da Costa

Se ainda é cedo para considerar que Timor-Leste é um Estado falhado, os motins do início de Dezembro de 2002 abalaram a confiança internacional e a esperança dos timorenses, levantando a questão da viabilidade do novo Estado.

Poderá o pequeno e empobrecido Timor-Leste emergir como Estado viável, independente e estável? Esta é uma questão central desde que o governo da Fretilin tomou conta dos destinos da nação, a 20 de Maio de 2002. É necessário que o período inicial de reconstrução dê prioridade à satisfação de necessidades básicas (alimentação, abrigo, água, saúde, educação), bem como à manutenção da estabilidade política e da segurança, encorajando a reconciliação e a recuperação económica.

As causas dos distúrbios do início de Dezembro de 2002, quando foram pilhadas e incendiadas dezenas de edifícios, apenas sete meses após a duramente conquistada independência, não serão debeladas somente por mais ajuda portuguesa aos inadequados sistemas policial e legal do país. As causas estão enraizadas nas condições económicas, políticas e sociais, para lá do alcance de Portugal. O pano de fundo dos motins foi, obviamente, a crescente frustração com o aumento da pobreza desde a retirada da maioria da administração transitória das Nações Unidas, a ausência de progresso económico e de oportunidades, a incompetência governamental e a corrupção, bem como o longo historial de violência do país – uma história preexistente à era da ocupação indonésia.

É ainda muito cedo para considerar que Timor-Leste é um Estado falhado, condenado à dependência da ajuda, à corrupção política do poder e às lealdades clânicas. Mas, os motins abalaram inevitavelmente a pequena confiança internacional que poderia existir em relação a Timor-Leste e foram um retrocesso nas esperanças do país para o futuro.

Como economia de metade de uma ilha, Timor-Leste caracteriza-se por um vasto sector tradicional, principalmente de subsistência. O desenvolvimento de Timor-Leste é limitado por más vias de comunicação e um terreno montanhoso, pela escassez de trabalhadores qualificados, e pela proximidade das altamente eficientes economias do Sudeste asiático. Os indicadores de desenvolvimento social põe o país atrás de outros

pequenos Estados da Micronésia. Quando Timor-Leste se tornou independente, ocupou o seu lugar como um dos vinte mais pobres países do mundo: o PIB per capita é de apenas 478 dólares; em termos de desenvolvimento humano está na mesma categoria de países como Angola, o Ruanda, o Bangladesh, a Guiné-Bissau e Moçambique; tem uma esperança de vida de apenas 57 anos; quase metade da população vive com menos de 0.55 dólares por dia; poucos têm uma educação adequada e mais de metade (55%) da população é analfabeta; mais de 50% das crianças têm peso a menos; e o país ainda está a sofrer com a destruição e o trauma que se seguiram ao referendo da independência, a 30 de Agosto de 1999.

Política contra a pobreza

Nos últimos sete meses, o governo concentrou-se firmemente em pôr em prática o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), enfrentando severas dificuldades. As condições iniciais incluíam uma enorme fraqueza no sistema judicial, a falta de sistemas de apoio à gestão diária de pessoal e uma débil gestão financeira. A independência, por outro lado, foi acompanhada por uma retirada precipitada da assistência técnica internacional e dos serviços logísticos associados. Finalmente, após dois anos de crescimento vigoroso (15 e 18 % em 2000 e 2001, respectivamente) a actividade económica abrandou consideravelmente em 2002, especialmente em Díli, onde o desemprego sobre, criando uma difícil situação política. A juntar a tudo isto, a estação das chuvas em 2002 começou mais tarde, o que pode provocar escassez de alimentos em certas áreas.

Apesar de todos estes obstáculos, nos seis meses de adopção do PDN já se conseguiram resultados importantes, como a preparação e promulgação de legislação básica para uma melhor governação, foram dados passos concretos para melhorar a saúde e a educação ou a manutenção de um sistema central de gestão financeira. Também o processo de planeamento e a sua coordenação com o orçamento foram alvo de progressos.

Para 2002-2003, parece provável que o crescimento seja zero. A partir daí, um desenvolvimento mais equilibrado e sustentado pode levar o país para um crescimento estável. As jovens políticas económicas governamentais são dirigidas à pobreza, mas ainda estão por testar. Os instintos económicos são “dirigistas” (ou seja, que o Estado deve envolver-se em todos os domínios da sociedade). Será necessário desenvolver e manter políticas fiscais disciplinadas de longo prazo, num quadro de grande pobreza e enormes necessidades sociais e económicas. Para além do petróleo e do gás prometidos,

e do já relevantes sectores do café e das pescas, o turismo é outra potencial fonte de rendimentos, sendo, no entanto, severamente limitado pelas fracas infraestruturas, pelas limitadas ligações aéreas internacionais e pela escassez de pessoal qualificado.

O real futuro económico de Timor-Leste reside no gás do Mar de Timor que, sob o acordo de 90-10% arrancado à Austrália, fornecerá rendimentos que se espera que cheguem aos 43 milhões de dólares no próximo ano, com projecções de poder alcançar cerca de 102 milhões de dólares a partir de 2004-2005. O Parlamento nacional ratificou por esmagadora maioria o Tratado, a 17 de Dezembro de 2002. Estima-se que, em meados da década, os custos de funcionamento e de capital estejam entre os 120 e os 170 milhões de dólares. Este nível de despesa pode ser financiado através de três fontes: (a) rendimentos internos, excluindo o Mar de Timor; (b) assistência internacional e, pelo menos por algum tempo, financiamento de instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento e, (c) receitas do Mar de Timor.

O desafio que se coloca a Timor-Leste é a manutenção de uma disciplina fiscal que garanta o investimento essencial no desenvolvimento humano e no estímulo às actividades privadas, resistindo à tentação de gastar as receitas do petróleo e do gás em despesas correntes. Timor-Leste tem agora a oportunidade de criar um ambiente económico propício a um crescimento que aumente o emprego e reduza a pobreza. Isto significa criar oportunidades para os pobres, usando esquemas de micro-financiamento que aumentem as oportunidades de emprego para as mulheres e para outros grupos que estão fora da força de trabalho formal.

O caminho a seguir

A enorme tarefa de reconstruir Timor-Leste apresenta sérios desafios para a sua população. Olhando para além da assistência financeira dos doadores, a verdadeira questão é, provavelmente, como atrair o investimento directo externo. Existem sérios entraves, tanto a curto como a longo prazo, ao investimento externo e aos benefícios que dele decorreriam, que incluem questões como a opção de moeda, o nível de desenvolvimento dos recursos humanos e algumas questões legais, sobretudo em termos de posse da terra. Este, aliás, tem sido o maior obstáculo à atracção de investimento: a ausência de garantias de posse impede a decisão dos investidores.

A integração nos acordos económicos regionais é tanto uma questão económica como política. Ambas as dimensões devem ser tidas em consideração na opção de Timor-Leste

participar nesses acordos. A ASEAN parece ser a solução mais lógica para o desenvolvimento da integração económica internacional de Timor-Leste, mas o timing e os detalhes específicos de um período de transição devem ser seriamente analisados com os novos parceiros.

Se deseja um desenvolvimento rápido da sua economia, Timor-Leste deve envolver-se activamente no comércio com os países vizinhos. Um futuro Timor-Leste independente deverá acolher investimentos de firmas que desejem operar num ambiente sem barreiras artificiais ao comércio. Mas um clima seguro de investimento necessitará de leis apropriadas que garantam os direitos de propriedade e os contratos, com um código comercial justo e leis laborais, minimizando os custos empresariais.